

36º Encontro da Anual da Anpocs

GT 02: Comportamento Político

**Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no
Brasil (2000)**

Carlos Augusto Mello Machado

(Prof. Assistente Ipol/UnB; Doutorando DCP/UFMG)

A partir de uma abordagem exclusivamente formal, segundo a legislação brasileira, coligações são alianças entre partidos políticos para a disputa de eleições, implicando no tratamento das siglas aliadas como uma só. Disso decorre que toda menção legal a partido político afeta, da mesma forma, as coligações. Nas eleições proporcionais o principal efeito deste elemento reside na combinação da votação recebida por partidos integrantes da coligação como se houvesse um único partido. Como para ter acesso a cadeiras legislativas é necessário ultrapassar o quociente eleitoral, a união eleitoral facilita, em especial a partidos de menor porte, o acesso à representação parlamentar. Outro fator importante é a combinação do tempo de propaganda eleitoral destinado aos partidos envolvidos, permitindo maior tempo de exposição midiática aos pleiteantes a cargos majoritários. Do ponto de vista da distribuição de poder político, as coligações permitem a união de recursos para promover uma candidatura – ou lista partidária – no intuito de se sobressair em relação a seus competidores.

A partir desses incentivos, Soares (1964) articulou a “teoria da economia de esforços”, segundo a qual um partido político possui estímulo a efetuar uma coligação devido à possibilidade de reduzir seus custos ao disputar uma eleição, através da combinação de forças com outros atores políticos, e ao mesmo tempo aumentar as chances de vitória política com esta união. Em eleições majoritárias o último elemento seria crucial, pois no caso de um grande número de potenciais competidores¹ em disputa por uma única vaga (Lavareda, 1991), há forte estímulo ao comportamento estratégico dos atores, reduzindo o número de competidores, devido à antecipação de cenários de derrota (Cox, 1997), de forma a fomentar a adesão de candidatos de menor porte eleitoral à candidatura de políticos com chances mais expressivas. Partidos políticos com menor possibilidade de sucesso eleitoral veriam na oportunidade de compor a chapa de um/a candidato/a cuja possibilidade de vitória é maior, o caminho de participar e influenciar na tomada de decisão posterior à eleição. Há, dentro da mesma lógica, um incentivo a partidos/candidatos cuja chance de vitória é maior

¹ O cenário brasileiro, em que há um elevado número de partidos – desde 1986 o menor número de partidos registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi de 23 partidos.

buscarem o apoio daqueles em situação menos confortável, pois a cooptação de um aliado implica também na garantia de que o mesmo não venha a ser cooptado pelo principal adversário na disputa, tratado por Lima Jr. (1983) como fruto de uma “racionalidade conjuntural”, sendo este o mesmo princípio da “lei de ferro da competição eleitoral”, segundo a qual coligações são realizadas para reduzir a probabilidade de derrota (Figueiredo, 1994).

Entretanto, há uma racionalidade distinta daquela proposta Lima Jr., a qual se refere ao segundo termo proposto por Soares (1962) para explicar as coligações: “a teoria da resistência ideológica”. Desta pressupõe-se que a decisão de coligar não se deve apenas a um elemento quantificável em número de votos, mas que é necessário adicionar um componente ideológico na decisão partidária de formar uma coligação, a qual seria o grau de proximidade político-ideológico com as opções de aliança em um distrito eleitoral.

Introduz-se, portanto, as diferenças ideológicas como um contraponto ao estímulo à realização de coligações, representado pela “teoria da economia de esforços”. Restrições a determinados parceiros apresentariam constrangimento à formação de determinadas alianças. Soares (1964) chega a afirmar a existência de racionalidades distintas entre eleitores, derivada da dicotomia rural/urbano, fomentando o voto ideológico entre eleitores em contextos de maior urbanização².

Pode-se, contudo, afirmar que a dimensão ideológica afetaria a decisão do formato de coligações no Brasil? Duas questões devem ser abordadas a partir deste enfoque.

Por um lado houve, nos últimos 50 anos, uma mudança significativa do perfil socioeconômico da sociedade brasileira, tornando a dicotomia rural/urbano menos saliente, em especial devido à enorme concentração populacional nas regiões metropolitanas. A variação das condições sociais no contexto atual não

² É curioso notar uma proximidade, de um elemento menos relevante à análise, do modelo proposto por Soares (1964) e a abordagem de Anthony Downs (1957) acerca do voto. A “economia de esforços” informa se haverá ou não a realização de uma coligação, da mesma forma o eleitor realiza um cálculo sobre a utilidade de participar ou não de uma eleição. Por sua vez, a “resistência ideológica” indica a direção qualitativa da coligação, tal qual a ideologia serve de orientação e atalho cognitivo à decisão sobre a opção escolhida pelo eleitor.

pode se ater apenas à referida dimensão, sendo necessário incorporar outros elementos para compreender a complexidade das condições sociais que afetam a atividade política na atualidade.

Para além desde fator demográfico, há uma discussão já antiga, porém inconclusa, acerca da racionalidade do eleitor, a qual pode ser simbolizada na discussão ocorrida durante entre o final da década de 1970, na qual Santos afirma haver no Brasil uma tendência a um comportamento eleitoral oposicionista, diminuindo, portanto, o matiz de referências externas ao jogo político, tal qual consciência de classe, sugerida por Reis (1975; 1978) ao caracterizar o voto de 1976 como um protesto ao regime militar, ou mesmo características ideológicas.

Em que medida a ideologia afetaria a dinâmica coligacionista, portanto? É importante notar que apesar da incerteza quanto à utilidade da dimensão ideológica, há uma profusão de estudos que sustentam esta classificação como relevante para identificar as condições de construção de coligações.

Deve-se ressaltar que raramente as coligações tratadas como um elemento crucial na campanha eleitoral, chegando a figurar rotineiramente como letras ilegíveis no canto das imagens da propaganda eleitoral veiculada na televisão, ou uma profusão de siglas citadas rapidamente ao final da divulgação via rádio. Contudo, apesar dos empecilhos à compreensão do eleitor acerca do significado de determinadas coligações, é importante considerar que o componente ideológico pode importar para orientar e estimular aqueles mais próximos da vida partidária. Como aborda Panebianco (1982), partidos mantêm suas organizações através de incentivos, divididos entre seletivos e coletivos; o último traduz-se em discursos e defesa de valores e identidades, quanto ao primeiro condiz ao reconhecimento da atuação na forma de status (distinção) ou de recursos materiais (recursos ou serviços) (Panebianco, 1982, p. 48). Discursos que reforcem uma imagem partidária asseguram o componente necessário ao convencimento e mobilização de militantes ou eleitores mais fiéis do partido, atores cruciais na construção de vínculos entre os líderes partidários e o eleitorado geral (Duverger, 1951).

O conceito de ideologia enquanto um elemento capaz de definir com clareza as distinções políticas entre as opções partidárias é fruto de

determinados contextos históricos e sociais, não compondo, inclusive, o conteúdo de ideologia proposto por um autor crucial à discussão, tal como Downs (1957). Segundo Downs, preferencialmente os eleitores se orientariam pela diferenciação entre propostas políticas, entre ofertas de políticas públicas específicas. Contudo, em condições de menor disponibilidade de informação política, a ideologia poderia atuar como uma forma de simplificar estas distinções. O conceito de ideologia proposto por Downs é bastante impreciso. Esta seria, na visão de Mair (2007), o motivo para o conceito ideologia, recorrentemente tido como ultrapassado, possuir uma sobrevida tão extensa, a flexibilidade do termo e a variação de conteúdos que o conceito pode assumir permitem vitalidade ao conceito. Toda abordagem que busque cristalizar uma noção de ideologia tende a se tornar infecunda com o passar do tempo. A ideologia se torna relevante, portanto, enquanto recurso comparativo e posicional entre as opções políticas.

Estes conceitos ganham força ao se considerar as reflexões de Alessandro Pizzorno (*apud* Reis, 2010) sobre a dinâmica política atual. Segundo o autor italiano, é necessário considerar que a realização de ações políticas (definição de políticas específicas pelos partidos), que produziriam “bens de curto prazo” depende da legitimidade obtida pelos partidos políticos através da “oferta de esperança” relacionada a “bens de longo prazo”, os quais o autor identifica como projetos orientados para o futuro, condicionados a identidades coletivas.

Reis (2010) afirma que esta visão pragmática de Pizzorno, um “estrategismo” pontual quanto a bens de curto prazo, não indica uma unidade de comportamento dos diferentes partidos políticos. A existência destes projetos de longo prazo permite a identificação de interesses dissonantes na sociedade, ensejando distinções necessárias para a delimitação de identificações partidárias distintas, mesmo que a partir de “fins imaginários” (REIS, 2010, p. 63).

Os bens de longo prazo podem ser utilizados pelos partidos políticos não apenas para se diferenciar entre as demais opções do sistema político para o eleitorado. Estes projetos de longo prazo também servem como estímulo à manutenção da coesão interna, servindo de estímulo coletivo de identidade, tal

qual abordado por Panebianco. Estimula-se, portanto, a lealdade de simpatizantes e militantes que não podem, ou não estão suscetíveis, a receber benefícios seletivos. Neste sentido, imagens fluidas ou fins imaginários, como aquelas relacionadas à ideologia ou aquelas pragmaticamente orientadas, podem ser consideradas elementos que afetam o comportamento partidário.

Os elementos de emocionalidade, antagonismo e rigidez que com frequência se apontam no chamado 'pensamento ideológico' têm a ver, portanto, com o inevitável objetivo de separação e distinção nele envolvido concomitantemente com o objetivo de solidariedade e aglutinação (REIS, 1984, p. 135).

A ideologia permite distinguir atores políticos que se contrapõem no mercado político devido a interesses antagônicos, mas ao mesmo tempo justifica a união e manutenção das organizações políticas, por meio de relações de solidariedade no interior da interação organizacional do partido.

Ao se combinar as reflexões de Pizzorno e Reis quanto a orientações distintas da ação partidária, sem haver contradição na defesa de interesses a princípio antagônicos, combinadas às considerações de Mair sobre a ideologia pode-se considerar, enquanto um elemento de conteúdo fluido, outros fatores que poderiam servir à simplificação da dinâmica político-eleitoral, assumindo papel semelhante à ideologia. Dentro do contexto brasileiro, a saliência em relação ao posicionamento oposicionista/situacionista, observada por Santos (1977), permite considerar a existência de dimensões múltiplas a impactar a mobilização de recursos pelos partidos políticos. Tal qual a ideologia seria possível falar, portanto, de uma dimensão governista³ a ser avaliada, ou seja, até que ponto a aproximação com partidos que compõem a base do governo

³ O presente estudo foca na referência ao governismo ou oposição em relação ao governo federal, entretanto, é possível, e bastante plausível, considerar o governismo estadual. O presente estudo não realiza esta abordagem devido à impossibilidade de obter informações sobre o posicionamento dos partidos brasileiros em relação aos governos estaduais em 2000. Nada, além da dificuldade de obtenção destas informações, impede que um estudo futuro orientado por esta perspectiva possa jogar nova luz acerca do tema. Como observado por Dantas (2007) e Machado (2007), a dimensão estadual possui um impacto importante na construção de coligações a prefeito, porém sem haver realizado a confirmação precisa deste fator explicativo.

federal seria mais um elemento a servir de base para a definição de alianças políticas. Esta tese encontra ampla sustentação a pensarmos nas reflexões produzidas por Leal, ainda no engatinhas das ciências sociais brasileiras.

No entanto, o efeito da dimensão ideológica e/ou governista pode ganhar peso a partir efeito pode depender das condições enfrentadas pelas agremiações partidárias, pois como sustenta Panebianco (1982), é necessário compreender que a organização partidária, ou a continuidade da mesma, depende da capacidade de reagir a condições externas adversas. Estes efeitos, derivados de condições políticas, socioeconômicas e institucionais, podem gerar constrangimentos à ação política, contudo, afetando diferentemente os partidos políticos. Assumir que há uma racionalidade idêntica por parte das instâncias partidárias seria negar o papel do analista em realizar uma análise capaz de verificar diferenças ou similitudes (Panebianco, 1982).

Partindo dessas considerações, é possível considerar as coligações ao cargo de prefeito no Brasil como um caso excelente à verificação empírica, acerca a verificação se a construção de alianças eleitorais é impactada por incentivos derivados dos contextos nos quais os partidos se mobilizam. Para tanto foram consideradas⁴ as coligações realizadas pelos principais partidos

⁴ Os dados apresentados fazem parte da pesquisa Condicionantes das Coligações Brasileiras – Prefeituras, realizada entre 2009 e 2012 no âmbito do programa de doutorado em Ciência Política do Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O banco de dados organizado para a pesquisa foi construído a partir das seguintes fontes: a) informações sobre as coligações e eleições em “Resultados eleitorais” e “Estatísticas Eleitorais”, através do TSE (www.tse.jus.br); b) informações sobre as condições socioeconômicas através do banco IPEADATA (www.ipeadata.gov.br).

brasileiros⁵ no ano de 2000⁶, em todos os cenários em que os mesmos participaram de alianças com partidos relevantes⁷.

Indicadores de tendência ideológica e governista

Para a classificação das coligações realizadas pelos partidos políticos brasileiros foram utilizados os índices de viés ideológico (IVI) e índice de governismo federal (IGF). Estes indicadores serão as variáveis dependentes dos modelos elaborados a seguir.

O índice de viés ideológico (IVI) é estipulado em uma escala⁸ de 1 a 3, na qual o valor 1 corresponde à maior concentração de partidos de esquerda e o valor 3 uma maior concentração de partidos de direita. Considerando que a ideologia, a partir dos critérios do presente estudo, não é uma definição de uma agenda política específica, mas sim um posicionamento político, o valor “central” da escala não indica uma tendência “centrista” da coligação, mas a não existência de uma concentração de partidos de esquerda ou de direita na coligação avaliada, ou não polarização dos parceiros. A mesma lógica serve

⁵ Foram analisados o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL). A escolha se deve à possibilidade de observar partidos das três distinções ideológicas utilizadas no estudo, bem como de partidos presentes na situação e na oposição em relação ao governo federal durante o ano abordado.

⁶ A princípio o presente trabalho deveria abarcar as eleições de 2000, 2004 e 2008. Contudo, por problemas na organização do banco de dados, apenas os dados referentes a 2000 encontravam-se em condição de tratamento estatístico, sendo este o motivo da redução do período abordado.

⁷ Todos os partidos com representação parlamentar na Câmara dos Deputados em 2000 foram considerados relevantes. Os demais partidos foram considerados apenas no caso de terem obtido ao menos 5% da votação à Câmara de Vereadores do município analisado em 1996.

⁸ A amplitude original do índice criado por Miguel (2004) era de -1 a 1, definida para facilitar a visualização dos dados. Para uma abordagem descritiva estes valores não interferem na realização de tratamento estatístico. Entretanto, no caso da necessidade de utilizar cálculos mais avançados a partir destes valores era possível a ocorrência de distorções devido ao número zero possuir valor no índice. Para evitar estes problemas foi realizada a transposição dos valores do índice para a presente escala, porém sem alterar a lógica por trás do índice e a distribuição dos valores, algo crucial para um índice que pretende observar posicionamento.

para a avaliação do governismo. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma do valor correspondente a cada partido ideologicamente, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$$IVI = \frac{(1.n_e) + (2.n_c) + (n_d)}{n};$$

onde:

n_e = número de partidos de esquerda, exceto o partido analisado

n_c = número de partidos de direita, exceto o partido analisado

n_d = número de partidos de direita, exceto o partido analisado

n = número total de partidos na coligação, exceto o partido analisado

Por exemplo, se um partido de centro se coliga com dois partidos de direita, três de esquerda e um de centro, o valor ideológico da referida coligação será 1,83.

$$IVI = \frac{(3 \times 1) + (1 \times 2) + (2 \times 3)}{6} = 1,83$$

O segundo índice – índice de governismo federal⁹ (IGF) – segue o mesmo cálculo, porém varia em relação ao IVI quanto ao critério de classificação dos partidos. Para o índice de governismo federal foi obtido junto à assessoria parlamentar de cada partido na Câmara dos Deputados seu posicionamento frente aos governos de Fernando Henrique Cardoso em 2000 e de Luís Inácio “Lula” da Silva em 2004 e 2008.

Como já foi abordado, o índice de apoio ao governo federal, se baseia na escala de 1 a 3, onde 3 representa suporte ao governo em questão e 1 oposição. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma dos valores atribuídos a cada partido, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

⁹ Este índice foi desenvolvido nos trabalhos de Machado (2007) e Machado e Miguel (2008).

$$IGF = \frac{(1.n_o) + (2.n_n) + (3.n_s)}{n};$$

onde:

n_o = número de partidos de oposição, exceto o partido analisado

n_n = número de partidos neutros, exceto o partido analisado

n_s = número de partidos de situação, exceto o partido analisado

n = número total de partidos na coligação, exceto o partido analisado

Assim sendo, a mesma coligação do exemplo anterior se compõem, no âmbito federal, por cinco partidos de situação, nenhum de oposição e um neutro, terá um índice de apoio ao governo federal de 2,83.

$$IGF = \frac{(1 \times 0) + (2 \times 1) + (3 \times 5)}{6} = 2,83$$

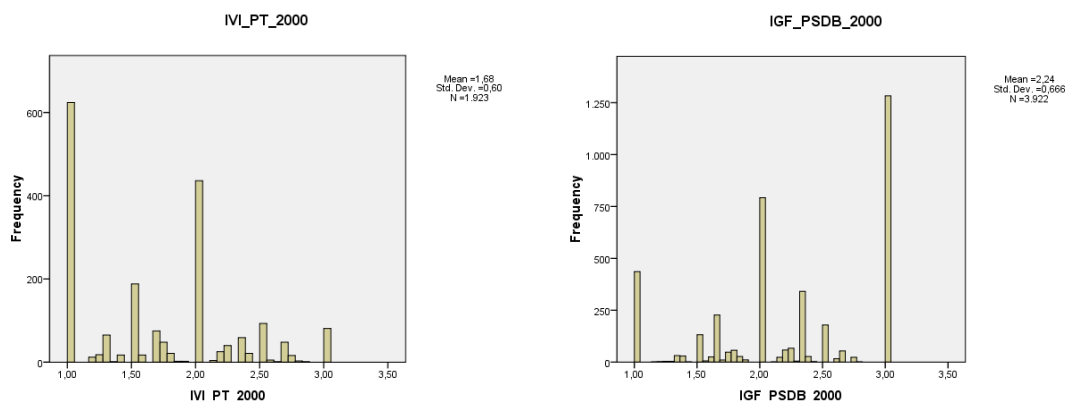
Os resultados destes cálculos podem ser observados na tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Descrição dos IVI e IGF dos partidos analisados em 2000

		PT		PMDB		PSDB		PFL	
		IVI	IGF	IVI	IGF	IVI	IGF	IVI	IGF
N	Válidos	1923	1923	4294	4294	3922	3922	4156	4156
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0
Média		1,68	1,80	2,22	2,13	2,30	2,24	2,27	2,32
Mediana		1,67	1,80	2,33	2,00	2,33	2,25	2,33	2,33
Moda		1,00	1,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,00	3,00
Desvio Padrão		,60	,73	,68	,71	,63	,67	,55	,64
Skewness		,40	,36	-,46	-,20	-,57	-,36	-,41	-,52
Std. Error of Skewness		,06	,06	,04	,04	,04	,04	,04	,04
Kurtosis		-,86	-1,20	-,95	-1,18	-,65	-,95	-,41	-,74
Std. Error of Kurtosis		,11	,11	,07	,07	,08	,08	,08	,08
Mínimo		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Máximo		3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).

A distribuição dos indicadores não uma distribuição, como exemplificam os gráfico contendo os histogramas dos indicadores.



Os demais gráficos apresentam padrões parecidos¹⁰, não sendo aqui reportados para evitar a poluição do texto. A possibilidade de se pensar uma relação linear ao se buscar apreender relação com outras variáveis se vê prejudicada. Além disso, a distribuição leva a possibilidade de pensar nas coligações enquanto concentração, ou polarização, em torno de algumas tendências, pois há concentração nos valores, 1, 2 e 3.

Criou-se, portanto, uma nova variável a partir da recodificação dos valores encontrados para os índices, segundo as categorias acima mencionadas, considerando o grau de polarização observado¹¹. Esta operação permite a construção de modelos de regressão logística, mais adequados à abordar a relação entre estes indicadores e os elementos políticos e socioeconômicos levantados.

Tabela 2: Frequência das categorias da Polarização Ideológica e Governista em 2000, por partido político

Partido	Polarização ideológica	Polarização governista
---------	------------------------	------------------------

¹⁰ Na realidade, o único caso desviante é o gráfico contendo o histograma do IVI para o PT em 2000, em que os picos estariam nos valores 1,0, 1,5 e 2,0. Entretanto, nas demais situações os picos observados ocorreram nos valores 1,0, 2,0 e 3,0. Não obstante, é importante observar que apesar dos picos comuns, há variação quanto à distribuição dos mesmos, ou seja, alguns partidos apresentam maior concentração em um dos polos, em comparação à concentração nos demais pontos do eixo.

¹¹ Os valores do IVI de 1,0 a 1,66 foram atribuídos polarização à esquerda, entre 1,67 e 2,33 sem polarização, e entre 2,34 e 3,0 polarização à direita. O IGF foi reclassificado segundo a mesma lógica, contudo com polarização à oposição entre 1,0 e 1,66 e polarização à situação entre 2,34 e 3,0.

		Polarizada esquerda	Não polarizada	Polarizada direita	Total	Polarizada oposição	Não polarizada	Polarizada situação	Total
PT	n %	942 49,0	653 34,0	328 17,1	1923 100,0	830 43,2	559 29,1	534 27,8	1923 100,0
PMDB	n %	885 20,6	1226 28,6	2183 50,8	4294 100,0	1036 24,1	1390 32,4	1868 43,5	4294 100,0
PSDB	n %	607 15,5	1154 29,4	2161 55,1	3922 100,0	670 17,1	1326 33,8	1926 49,1	3922 100,0
PFL	n %	514 12,4	1542 37,1	2100 50,5	4156 100,0	564 13,6	1338 32,2	2254 54,2	4156 100,0

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).

Em 2000, é possível identificar uma clara distinção entre o formato das coligações formada pelo PT, o qual recorre em maior medida a coligações com partidos de esquerda, enquanto PMDB, PSDB e PFL apresentam inclinação a se combinar a partidos de direita (respectivamente 51%, 55% e 50% entre as coligações relevantes das quais estes partidos participaram). Quanto ao governismo, a distinção entre os mesmos partidos prevalece, contudo em grau distinto, pois 28% das coligações em que o PT participou houve maior polarização ao situacionismo federal, algo bastante relevante, considerando que o partido se declarava oposição ao governo peessedebista. Não obstante, a maioria das coligações do PT tendia à uma conjunção com partidos oposicionistas (43%). Cabe questionar, portanto, quais são os fatores que influenciam nestas variações observadas.

Variáveis independentes e definição dos modelos

Para compreender as condicionantes da variação da tendência das coligações observadas na disputa por prefeituras em 2000, formulados cinco modelos. O primeiro busca averiguar o efeito do tamanho da população sobre o formato de coligações. Machado (2007) observou que o aumento do tamanho do eleitorado influenciava as coligações no sentido de contribuir à coerência das coligações, contudo, Dantas (2007) e Peixoto (2007) não observaram tal padrão. Não obstante, Peixoto (2010) revisou sua posição, percebendo um efeito na dinâmica coligacionista derivado da variação do tamanho da população. O “Modelo 1” corresponde, portanto, à verificação sobre o impacto do tamanho da

população¹² na tendência de coligações dos partidos. A variável utilizada foi a estimativa da população para 2000.

O segundo modelo proposto busca aprimorar o “Modelo 1” ao incorporar variáveis que buscam aferir o efeito da complexidade do ambiente socioeconômico sobre a definição de coligações eleitorais. Ambientes de menor complexidade eleitoral teriam um impacto reduzido de atalhos informacionais, uma vez que os atores políticos envolvidos e as propostas seriam mais concretos. O aumento da complexidade eleitoral produziria condições à existência de um efeito mais importante de atalhos informacionais, devido a um maior número de problemas a serem atendidos pelo campo político, bem como uma maior variedade de atores políticos em disputa. O aumento da complexidade do ambiente informacional produziria maiores constrangimentos à formação de coligações com polarização oposta àquela na qual o partido fora classificado. Para verificar estas condições, foram agregados à análise: a) densidade populacional¹³; b) porcentagem da população economicamente ativa ocupada em região urbana; c) média de anos de estudo da população no município; d) porcentagem de pessoas residentes em domicílio com carro.

Para o terceiro modelo foram adicionados elementos que buscam aferir a existência de incerteza na dinâmica política. Havendo maior variação na votação, maior competição ou maior fragmentação, observa-se maior chance do partido diminuir sua resistência ideológica, ou governista, para diminuir cenários futuros de derrota. Neste modelo foram incorporados: a) volatilidade eleitoral da votação para o cargo de vereador municipal; b) fragmentação observada na

¹² Para permitir a utilização adequada desta variável nos modelos foi calculado o logaritmo natural. Além disso, para permitir uma leitura mais intuitiva dos dados, a variável foi centralizada na média da população.

¹³ Os mesmos procedimentos adotados para o tamanho da população foram utilizados para a densidade populacional.

Câmara de Vereadores¹⁴; c) identificação sobre a competição política na eleição anterior para o cargo de prefeito¹⁵.

O quarto modelo se atém à apreensão do efeito das condições de distribuição de poder político. Quanto maior o número de cargos eletivos que um partido obteve nas eleições anteriores, maior o apoio eleitoral que o mesmo seria capaz de agregar sem depender de outras instituições partidárias, diminuindo a necessidade de aderir a coligações formadas com partidos de orientação ideológica ou governista distinta. Ainda sobre as condições políticas, a possibilidade de ocorrer ou não segundo turno, acrescenta um elemento importante do ponto de vista estratégico. A possibilidade de coordenar alianças em uma segunda rodada eleitoral permite aos partidos cultivar uma imagem política mais próxima àquela trabalhada do ponto de vista simbólico, seja ideologicamente ou baseado na perspectiva pragmática do governismo federal. Para o quarto modelo foram colhidas informações sobre: a) se o governador do estado no qual o município se encontra pertence ao partido analisado; b) se o candidato vitorioso nas eleições anteriores pertence ao partido analisado; c) porcentagem de deputados estaduais eleitos no estado no qual o município se encontra pelo partido analisado; d) porcentagem de vereadores eleitos no município nas últimas eleições pelo partido analisado; e) identificação sobre a possibilidade de ocorrer segundo turno no município.

Por último foi elaborado um modelo para controlar o efeito conjunto das condicionantes levantadas nas demais regressões, no intuito de observar a persistência ou não de efeitos anteriormente observados¹⁶.

Análise dos dados¹⁷

¹⁴ Para permitir uma interpretação mais intuitiva, o valor da fragmentação foi invertido, ao se subtrair uma unidade dos valores observados e ser calculado o valor absoluto. Isso permite à interpretação da volatilidade e da fragmentação tenham o mesmo sentido.

¹⁵ Considerou-se que houve competição situações em que a diferença dos dois primeiros colocados foi igual ou menor a 10% dos votos, ou nos municípios em que se observou segundo turno.

¹⁶ A descrição das variáveis levantadas para os modelos encontra-se no anexo 1.

¹⁷ As tabelas com os resultados dos modelos de regressão encontram-se no anexo 2.

Ao se avaliar as coligações relevantes em que o PT se envolveu, observa-se que com o aumento da população existem maiores chances de se observar tendência à polarização à esquerda, quando comparado com as coligações polarizadas à direita, havendo o mesmo efeito ao se realizar a comparação com as coligações não polarizadas.

Este efeito se mantém no modelo 2, entretanto, apesar de o aumento da média de anos de estudo apresentar o efeito esperado, a porcentagem de população ocupada urbana apresenta sinal oposto. É possível considerar, portanto, a necessidade de observar um modelo mais detalhado, possivelmente observado a interação entre tamanho da população e a dimensão rural/urbano, para verificar com maior clareza este elemento. O modelo socioeconômico não surte efeito ao se comparar as chances de ocorrer uma coligação não polarizada em relação a coligações polarizadas à direita. É interessante notar que explica-se menos a variação do intercepto partindo do modelo 2.

O modelo 3 explica melhor a variação do intercepto. Os efeitos observados são aqueles esperados, quanto maior a chance de um partido concentrar todas as cadeiras na Câmara de Vereadores, maior a chance do PT participar de uma coligação polarizada à esquerda. Combinado a isso, o aumento da volatilidade eleitoral aumenta a chance de se observar uma coligação com tendência de polarização à direita.

Quanto ao modelo 4, confirma-se que o aumento da quantidade de cargos eletivos sobre controle do PT aumenta a chance de que seja observada uma coligação polarizada à esquerda, em comparação com a polarização à direita.

A combinação dos modelos diminui a relevância do modelo de “incerteza”, evidenciando o impacto das variáveis políticas. É interessante notar que o modelo socioeconômico passa a apresentar a relevância da riqueza, devido à variável porcentagem de pessoas residentes em domicílio com carro, contudo, quanto mais recorrente a posse deste bem, maiores as chances do PT participar de aliança polarizada à direita. Isso corrobora a necessidade de explorar as relações entre as variáveis socioeconômicas.

Efeitos parecidos são observados na avaliação da polarização governista. Contudo, o modelo 3 mantém sua relevância no modelo final, apesar de haver

uma inversão dos parâmetros esperados, uma vez que o aumento da volatilidade tende ao aumento da chance de uma coligação oposicionista pelo PT. Talvez o controle com a interação com o tamanho da população possa esclarecer se seria a indicação de contextos em que o PT busca se firmar como força da oposição dentro de cenários informacionais mais complexos. Por fim, as transferências voluntárias da União não afetam as alianças petistas.

A variação da polarização ideológica só é explicada no caso do PMDB em decorrência do controle de recursos políticos, inclusive ao se considerar o modelo completo. A própria posição do PMDB, enquanto maior partido de centro, auxilia a explicar este achado, devido a uma maior facilidade em se coligar com partidos de tendências ideológicas distintas, sendo, inclusive, um parceiro de grande auxílio nas eleições municipais devido à sua enorme capilaridade eleitoral, sendo o partido a se mobilizar eleitoralmente no maior número de municípios (Machado, 2007).

Sobre a variação governista, quanto maior o tamanho do município, maior a chance de se observar uma coligação não polarizada, sendo que este efeito também é acompanhado pelo aumento da densidade populacional. Apesar do modelo de “incerteza” possuir efeito a partir da fragmentação, no modelo completo esta variável perde efeito, além disso, este modelo não apresenta variação estatisticamente significativa a partir de uma tabela aleatória de valores, segundo o teste da taxa de acurácia.

A ausência de polarização ideológica possui maior chance de ser observada entre as coligações produzidas pelo PSDB em contextos de maior tamanho populacional, tendo por categoria de comparação as coligações polarizadas à direita. Nenhum dos demais fatores trazidos aos modelos se relaciona ao aumento ou declínio na chance de se observar alguma tendência ideológica nas coligações tucanas.

É intrigante notar que o aumento da população aumenta as chances de se observar uma coligação do PSDB com tendência de polarização à oposição, o partido era detentor da chefia do Executivo nacional. Uma possível explicação reside no declínio da popularidade do governo Fernando Henrique Cardoso durante o período em que ocorreram as eleições municipais de 2000 (Machado, 2007). Indicando, possivelmente, uma maior dificuldade de compor aliança com

membros de sua base de sustentação, mais do que o recurso a coligações com partidos oposicionistas. Outro dado interessante reside no fato de que o aumento da volatilidade eleitoral estimula a realização de coligações com partidos de oposição ou não polarizadas, em comparação com as coligações polarizadas à situação. O alto grau de incerteza de um cenário aumenta as chances de buscar parceiros em posicionamento oposto na esfera do governo federal.

Por último, as coligações realizadas pelo PFL apresentam como suas principais condicionantes ideológicas as variáveis presentes nos modelos de “incerteza” e de “poder político”. O aumento da variação da votação aumenta as chances de observar coligações com tendência de polarização à esquerda ou não polarizadas. Por sua vez, a posse de cargos eletivos aumenta a chance de serem observadas coligações com tendência de polarização à direita. Estes efeitos persistem no modelo completo. Entretanto, nenhum dos modelos coligidos apresenta valores significativos quantos ao teste da taxa de acurácia.

Quanto à dimensão governista, o aumento da população indica maior chance de não compor uma coligação polarizada em relação ao governo federal. O aumento da fragmentação, ou seja, a concentração de cadeiras em poucos partidos, aumenta as chances de não ser observada uma coligação polarizada à situação. O modelo completo indica a persistência do efeito observado quanto ao tamanho da população e a fragmentação, mas também incorpora que o aumento da volatilidade eleitoral incrementa a chance de coligações sem polarização governista. Além disso, algumas variáveis do modelo socioeconômico passam a ter efeito, pois o aumento do número de pessoas em família com carro e o aumento da desigualdade incrementam a chance de ser observada uma coligação com tendência polarizada em relação ao governismo.

Conclusão

É possível perceber padrões distintos entre os partidos políticos analisados, favorecendo a interpretação de que as instâncias partidárias não podem ser simplificadas como estando submetidas a um mesmo tipo de

influência de fatores externos. Não um modelo capaz de explicar exclusivamente a variação do formato das coligações eleitorais para prefeito.

Os achados sobre a dimensão ideológica das coligações do PFL não são suficientes para observar um padrão, pois não é possível descartar a possibilidade de que os valores observados nestes modelos sejam produto de aleatoriedade.

De forma geral pode-se afirmar que em 2000 as coligações do PT, quanto à polarização ideológica, observou-se uma explicação mais robusta através do modelo 5, contemplando todos os efeitos considerados pelos modelos construídos. O mesmo ocorreu com a comparação entre os modelos sobre a polarização governista desse partido.

No caso do PMDB, os modelos possuem baixa capacidade de explicação, de forma a ser possível definir que, quanto à variação ideológica o modelo composto apenas pelo tamanho da população já explicaria satisfatoriamente a variação das coligações, enquanto no caso da dinâmica governista o modelo completo seria o mais adequado.

O PSDB possui no modelo completo o melhor ajuste dentre os modelos considerados, quer para a dimensão governista quer para a dimensão ideológica. Para o PFL, a variação considerando exclusivamente o tamanho da população permite o melhor ajuste.

Os achados deste *paper* permitem concluir a razoabilidade de aplicar os modelos por hora apresentados para averiguar as variações do formato de coligação entre os partidos políticos. Não obstante, existem adequações a serem modificadas, em especial quanto aos efeitos interativos esperados entre algumas das variáveis propostas. Isso se deve à possibilidade de especificar melhor as hipóteses anteriormente levantadas.

Referências bibliográficas

COX, Gary W. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. New York: Cambridge University Press, 1998 [1997].

DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica no alinhamento dos partidos políticos brasileiros em 2000 e 2004*. São Paulo: USP, 2007. [tese de doutorado].

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1980 [1951].

FIGUEIREDO, Marcus. "A Lei de Ferro da Competição Eleitoral: A Aritmética Eleitoral ou Eleições Casadas, Resultados Solteiros e o Dilema dos Partidos". *Cadernos de Conjuntura*, n. 50. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1948].

LIMA JR., Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MACHADO, Carlos. *Identidades diluídas: coligações para prefeito no Brasil (2000 e 2004)*. Brasília: UnB, 2007. [Dissertação de mestrado].

MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. "Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais". *VI Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

MAIR, Peter. "Left-right orientations". In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *The Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University Press, 2009 [2007], p. 206-222.

MIGUEL, Luis Felipe. "Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto". *II Congresso da ALACIP*, Cidade do México, 2004.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982].

PEIXOTO, Vitor de Moraes. "Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia". *6º Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

_____. "Coligações Eleitorais: uma análise quantitativa". In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

REIS, Fábio Wanderley. "As eleições em Minas Gerais". In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. "Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora". In: REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 213-287.

_____. "Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros". *Novos estudos CEBRAP*, n. 87, 2010, p. 61- 75.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro". *Dados*, n. 14, 1977.

SOARES, Gláucio Dillon. "Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria". *Revista brasileira de estudos políticos*, n. 17, 1964, p. 95-124.

_____. *Democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Anexo 1: Variáveis independentes

Tabela 3: Estatísticas descritivas das variáveis independentes contínuas do modelo

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
População estimada (2000 - Ln)	5366	-2,78	6,80	0,00	1,12
Densidade populacional estimada (2000 - ln)	5366	-5,64	6,31	,00	1,42
Pessoa Ocupada - Região Urbana (2000 %)	5366	,00	100,00	58,09	24,06
Média dos anos de estudo (2000)	5366	,81	9,65	4,06	1,28
Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)	5366	,04	79,56	25,58	16,95
Volatilidade CV (1996/2000)	5354	,01	1,00	,32	,15
Fragmentação CV (1996)	5341	,04	,65	,17	,07
Deputados estaduais - PFL (1998 - %)	5367	3,64	41,67	16,26	10,41
Deputados estaduais - PDSB (1998 - %)	5367	,00	45,65	14,42	9,20
Deputados estaduais - PT (1998 - %)	5367	,00	21,82	8,95	5,44
Deputados estaduais - PMDB (1998 - %)	5367	4,17	50,00	17,10	10,88
Vereadores - PSDB (1996 - %)	5353	,00	100,00	14,18	15,64
Vereadores - PT (1996 - %)	5353	,00	61,54	2,91	6,70
Vereadores - PMDB (1996 - %)	5353	,00	100,00	22,97	18,03
Vereadores - PFL (1996 - %)	5353	,00	88,89	17,89	17,34
N válidos (listwise)	5339				

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).

Tabela 4: Frequência das variáveis independentes categóricas do modelo

Variável	Frequência	%
Governador - PFL (1998)	1417	26,4
Governador - PMDB (1998)	1415	26,4
Governador - PT (1998)	563	10,5
Governador - PSDB (1998)	1457	27,1
Prefeito - PMDB (1996)	1290	24,0
Prefeito - PFL (1996)	929	17,3
Prefeito - PSDB (1996)	919	17,1
Prefeito - PT (1996)	113	2,1
Eleição de prefeito competitiva (1996)	2624	48,9
Segundo turno	58	1,1
N	5367	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).

Anexo 2: Modelos de regressão logística

Tabela 5: Modelos de regressão multinomial logística - PT - Polarização ideológica - 2000*											
Parâmetros		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
		B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Não polarizada	Intercepto	-,248		-,017		-1,311		-,673		1,001	
	População (ln)	-,373	,689	-,369	,691					-,475	,622
	Densidade Pop. (2000)			-,055	,947					-,083	,920
	População ocupada urbana (2000 - %)			,019	1,020					,011	1,011
	Média de anos de estudo (2000)			-,366	,693					-,268	,765
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,005	1,005					,026	1,027
	Volatilidade (1996-2000)					1,495	295,842			-,841	,431
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					3,474	,062			,367	1,443
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,043	1,140			-,067	,936
	Governador - PT (1998)							-,837	,433	-1,211	,298
	Deputados Estaduais - PT (1998 - %)							-9,539	,000	-11,658	,000
	Prefeito - PT (1996)							-,465	,628	-,505	,604
Polarizada direita	Vereadores - PT (1996 - %)							-,826	,438	-,739	,478
	Segundo turno							-1,062	,346	-,897	2,452
	Intercepto	-,984		-,207		-2,761		-,371		,806	
	População (ln)	-,712	,491	-,721	,486					-,765	,465
	Densidade Pop. (2000)			-,079	,924					-,103	,902
	População ocupada urbana (2000 - %)			,031	1,031					,020	1,020
	Média de anos de estudo (2000)			-,710	,492					-,598	,550
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,011	1,011					,039	1,040
	Volatilidade (1996-2000)					2,787	9,172			-,350	,705
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					5,690	,275			1,276	3,581
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,131	1,092			-,170	,843
	Governador - PT (1998)							-1,390	,249	-1,882	,152
Tabela de Classificação	Deputados Estaduais - PT (1998 - %)							-12,795	,000	-14,040	,000
	Prefeito - PT (1996)							-,027	,973	,104	1,109
	Vereadores - PT (1996 - %)							-4,942	,007	-4,563	,010
	Segundo turno							-21,321	,000	-17,455	,000
	n	1910		1910		1864		1868		1863	
	qui²	168,57		261,885		90,484		271,228		488,187	
	gl	2		10		6		10		26	
	Cox and Snell	0,084		0,128		0,047		0,135		0,231	
	Polarizada oposição	82,0%		81,8%		88,1%		77,3%		76,6%	
	Não polarizada	26,3%		33,3%		13,5%		37,9%		47,9%	
	Polarizada situação	0,6%		4,3%		2,2%		0,0%		8,8%	
	Porcentagem geral	49,0%		52,0%		47,9%		50,6%		55,2%	
Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).											
* Variável dependente: IVL_cat; Categoria de referência: Polarizada esquerda											
taxa de acurácia: ≥25%				p-valor:		0,001	0,01	0,05			

Tabela 6: Modelos de regressão multinomial logística - PT - Polarização governista - 2000*											
Parâmetros		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
		B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Não polarizada	Intercepto	-,230		,684		-1,525		,623		1,826	
	População (ln)	-,365	,694	-,166	,847					-,300	,741
	Densidade Pop. (2000)			-,152	,859					-,186	,830
	População ocupada urbana (2000 - %)			,020	1,020					,011	1,011
	Média de anos de estudo (2000)			-,633	,531					-,554	,575
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,020	1,020					,045	1,046
	Volatilidade (1996-2000)					1,844	6,322			-,791	,453
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					4,374	79,4			,450	1,569
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,138	,871			-,153	,858
	Governador - PT (1998)								,541	-1,139	,320
	Deputados Estaduais - PT (1998 - %)							-9,256	,000	-11,334	,000
	Prefeito - PT (1996)							-,558	,573	-,555	,574
	Vereadores - PT (1996 - %)							-,967	,380	-1,115	,328
	Segundo turno							-1,176	,309	1,067	2,905
Polarizada situação	Intercepto	-,364		,991		-2,495		,856		2,147	
	População (ln)	-,995	,326	-,870	,419					-,994	,370
	Densidade Pop. (2000)			-,103	,902					-,154	,857
	População ocupada urbana (2000 - %)			,022	1,022					,008	1,008
	Média de anos de estudo (2000)			-,770	,463					-,618	,539
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,020	1,020					,051	1,052
	Volatilidade (1996-2000)					2,000	7,389			-1,771	,170
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					9,493	13271,6			3,277	26,489
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,036	,965			-,050	,951
	Governador - PT (1998)							-1,236	,290	-2,127	,119
	Deputados Estaduais - PT (1998 - %)							-11,590	,000	-14,745	,000
	Prefeito - PT (1996)							-,542	,581	-,468	,626
	Vereadores - PT (1996 - %)							-2,069	,126	-2,780	,062
	Segundo turno							-21,831	,000	-16,665	,000
n		1910		1910		1864		1868		1863	
qui²		326,245		428,889		147,127		273,747		488,187	
gl		2		10		6		10		26	
Cox and Snell		0,157		0,201		0,076		0,136		0,231	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	78,4%		72,7%		84,0%		78,7%		76,6%	
	Não polarizada	0,0%		16,9%		5,0%		0,4%		47,9%	
	Polarizada situação	54,6%		56,8%		28,9%		4136,0%		8,8%	
	Porcentagem geral	49,0%		52,0%		45,7%		45,7%		55,2%	
Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).											
* Variável dependente: IGF_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição											
taxa de acurácia: ≥25%				p-valor:	0,001	0,01	0,05				

Tabela 7: Modelos de regressão multinomial logística - PFL - Polarização ideológica - 2000*											
Parâmetros		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
		B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Não polarizada	Intercepto	1,108		,853		1,559		1,044		1,199	
	População (ln)	,046	1,047	,052	1,053					-,018	,982
	Densidade Pop. (2000)			-,053	,948					-,040	,961
	População ocupada urbana (2000 - %)			-,003	,997					-,001	,999
	Média de anos de estudo (2000)			,148	1,159					,108	1,114
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			-,006	,994					-,004	,996
	Volatilidade (1996-2000)					-,635	,530			-,705	,494
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					-,875	,417			-,820	,440
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,204	,816			-,198	,820
	Governador - PFL (1998)							,292	1,339	,288	1,334
	Deputados Estaduais - PFL (1998 - %)							,245	1,278	,518	1,678
	Prefeito - PFL (1996)							,061	1,063	,030	1,030
	Vereadores - PFL (1996 - %)							-,329	,720	-,221	,802
	Segundo turno							,715	2,045	,548	1,730
Polarizada direita	Intercepto	1,419		1,644		1,914		,731		1,174	
	População (ln)	,061	1,063	,167	1,182					,017	1,017
	Densidade Pop. (2000)			-,109	,897					-,082	,921
	População ocupada urbana (2000 - %)			-,004	,996					,000	1,000
	Média de anos de estudo (2000)			,012	1,012					,019	1,020
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			-,001	,999					,003	1,003
	Volatilidade (1996-2000)					-1,412	,244			-1,569	,208
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					,054	1,056			-,615	,541
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,097	,907			-,110	,896
	Governador - PFL (1998)							,617	1,853	,633	1,884
	Deputados Estaduais - PFL (1998 - %)							2,754	15,712	3,056	21,238
	Prefeito - PFL (1996)							,309	1,362	,273	1,313
	Vereadores - PFL (1996 - %)							-,186	,830	-,108	,898
	Segundo turno							1,205	3,337	1,078	2,939
n		4132		4132		4018		4031		1863	
qui²		1,986		29,665		28,961		196,826		488,187	
gl		2		10		6		10		26	
Cox and Snell		0,000		0,007		0,007		0,048		0,231	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		76,6%	
	Não polarizada	0,0%		1,8%		2,3%		34,5%		47,9%	
	Polarizada situação	100,0%		98,4%		98,8%		70,3%		8,8%	
	Porcentagem geral	50,6%		50,5%		50,7%		48,3%		55,2%	
Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).											
* Variável dependente: IVL_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição											
taxa de acurácia: ≥25%			p-valor:		0,001	0,01	0,05				

Tabela 8: Modelos de regressão multinomial logística - PFL - Polarização governista - 2000*

Parâmetros		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
		B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Não polarizada	Intercepto	,866		,757		,662		,995		,306	
	População (ln)	,007	1,007	,037	1,038					,098	1,103
	Densidade Pop. (2000)			-,055	,947					-,052	,949
	População ocupada urbana (2000 - %)			,002	1,002					,002	1,002
	Média de anos de estudo (2000)			-,035	,965					,012	1,012
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,005	1,005					,004	1,004
	Volatilidade (1996-2000)					,209	1,232			,340	1,405
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					1,329	3,8			2,185	8,889
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,124	,884			-,110	,896
	Governador - PFL (1998)							-,059	,943	-,075	,928
	Deputados Estaduais - PFL (1998 - %)							,598	1,818	,856	2,353
	Prefeito - PFL (1996)							-,098	,907	-,118	,889
	Vereadores - PFL (1996 - %)							-,978	,376	-,1001	,367
	Segundo turno							-,656	,519	-,798	,450
Polarizada situação	Intercepto	1,344		1,392		,787		1,206		,741	
	População (ln)	-,335	,716	-,270	,764					-,245	,782
	Densidade Pop. (2000)			-,047	,954					-,069	,933
	População ocupada urbana (2000 - %)			-,002	,998					-,001	,999
	Média de anos de estudo (2000)			-,075	,928					-,031	,970
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,016	1,017					,015	1,015
	Volatilidade (1996-2000)					-,444	,641			-,667	,513
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					5,022	151,8			3,290	26,851
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,095	,910			-,086	,918
	Governador - PFL (1998)							-,323	,724	-,261	,770
	Deputados Estaduais - PFL (1998 - %)							1,802	6,062	1,949	7,025
	Prefeito - PFL (1996)							,004	1,004	,011	1,011
	Vereadores - PFL (1996 - %)							-,105	,901	-,429	,651
	Segundo turno							-,969	,380	,316	1,372
n		4132		4132		4018		4031		1863	
qui²		146,194		173,595		70,856		44,973		488,187	
gl		2		10		6		10		26	
Cox and Snell		0,035		0,041		0,017		0,011		0,231	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		76,6%	
	Não polarizada	14,0%		1437,0%		0,1%		0,3%		47,9%	
	Polarizada situação	94,3%		93,4%		100,0%		99,9%		8,8%	
	Porcentagem geral	55,6%		55,4%		54,3%		54,3%		55,2%	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).

* Variável dependente: IGF_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição

taxa de acurácia: ≥25%

p-valor:

0,001

0,01

0,05

Tabela 9: Modelos de regressão multinomial logística - PSDB - Polarização ideológica - 2000*												
Parâmetros		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5		
		B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	
Não polarizada	Intercepto	,663		,669		,874		,660		,794		
	População (ln)	,073	,044	,034	1,035					,016	1,016	
	Densidade Pop. (2000)			,073	1,076					,088	1,092	
	População ocupada urbana (2000 - %)			,001	1,001					,000	1,000	
	Média de anos de estudo (2000)			-,078	,925					-,106	,899	
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,011	1,011					,013	1,013	
	Volatilidade (1996-2000)					,092	1,096			,417	1,517	
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					-1,673	,2			-,843	,430	
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,017	,983			-,004	,996	
	Governador - PSDB (1998)							,184	1,202	,139	1,149	
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)							-,259	,772	-,336	,714	
	Prefeito - PSDB (1996)							,147	1,159	,118	1,126	
	Vereadores - PSDB (1996 - %)							-,498	,608	-,419	,658	
	Segundo turno							1,986	7,285	1,719	5,576	
Polarizada direita	Intercepto	1,270		1,401		1,304		1,461		1,815		
	População (ln)	-,085	,919	-,132	,876					-,184	,832	
	Densidade Pop. (2000)			,106	1,111					,106	1,112	
	População ocupada urbana (2000 - %)			-,004	,996					-,001	,999	
	Média de anos de estudo (2000)			-,009	,991					-,099	,906	
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,006	1,006					,010	1,010	
	Volatilidade (1996-2000)					-,175	,839			-,181	,834	
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					,212	1,2			-,246	,782	
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,052	,950			-,053	,949	
	Governador - PSDB (1998)							,047	1,048	,069	1,072	
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)							-1,390	,249	-1,379	,252	
	Prefeito - PSDB (1996)							,252	1,287	,248	1,282	
	Vereadores - PSDB (1996 - %)							-,370	,691	-,469	,626	
	Segundo turno							2,147	8,561	2,604	13,519	
n		3902		3902		3789		3806		3789		
qui²		24,909		44,465		11,448		30,905		86,731		
gl		2		10		6		10		26		
Cox and Snell		0,006		0,011		0,003		0,008		0,023		
Tabela de Classificação	o	Polarizada oposição	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	
		Não polarizada	0,4%		0,1%		0,0%		0,0%		1,7%	
		Polarizada situação	99,5%		99,9%		100,0%		100,0%		98,8%	
		Porcentagem geral	55,0%		55,1%		54,9%		54,9%		54,7%	
Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).												
* Variável dependente: IVL_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição												
taxa de acurácia: ≥25%				p-valor:		0,001	0,01	0,05				

Tabela 10: Modelos de regressão multinomial logística - PSDB - Polarização governista - 2000*

Parâmetros		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
		B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Não polarizada	Intercepto	,710		1,106		,525		,969		1,607	
	População (ln)	-,126	,882	-,154	,857					-,195	,823
	Densidade Pop. (2000)			,108	1,114					,123	1,130
	População ocupada urbana (2000 - %)			-,007	,993					-,005	,995
	Média de anos de estudo (2000)			-,008	,992					-,051	,951
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,003	1,003					,004	1,004
	Volatilidade (1996-2000)					-,209	,811			-,567	,567
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					1,524	4,6			,451	1,570
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,020	,980			-,030	,971
	Governador - PSDB (1998)							-,003	,997	,065	1,067
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)							-1,373	,253	-1,241	,289
	Prefeito - PSDB (1996)							,242	1,274	,285	1,329
	Vereadores - PSDB (1996 - %)							-,675	,509	-1,054	,349
	Segundo turno							-,044	,957	,407	1,502
Polarizada situação	Intercepto	1,033		1,500		,599		1,556		2,365	
	População (ln)	-,511	,600	-,515	,597					-,579	,561
	Densidade Pop. (2000)			,123	1,131					,138	1,148
	População ocupada urbana (2000 - %)			-,009	,991					-,005	,995
	Média de anos de estudo (2000)			-,089	,915					-,170	,844
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,020	1,020					,022	1,022
	Volatilidade (1996-2000)					-,776	,460			-1,583	,205
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					4,587	98,2			1,263	3,538
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,027	,974			-,040	,961
	Governador - PSDB (1998)							-,148	,862	-,130	,878
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)							-2,651	,071	-2,242	,106
	Prefeito - PSDB (1996)							,116	1,123	,167	1,182
	Vereadores - PSDB (1996 - %)							-,259	,771	-,875	,417
	Segundo turno							-1,231	,292	,597	1,817
n		3902		3902		3789		3806		3789	
qui²		216,446		276,360		53,798		67,437		86,731	
gl		2		10		6		10		26	
Cox and Snell		0,054		0,068		0,014		0,180		0,023	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	0,0%		0,2%		0,0%		0,0%		0,0%	
	Não polarizada	22,6%		27,1%		0,2%		4,8%		1,7%	
	Polarizada situação	88,4%		86,5%		99,7%		97,2%		98,8%	
	Porcentagem geral	51,1%		51,7%		49,0%		49,3%		54,7%	

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).

* Variável dependente: IGF_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição

taxa de acurácia: ≥ 25%

p-valor:

0,001

0,01

0,05

Tabela 11: Modelos de regressão multinomial logística - PMDB - Polarização ideológica - 2000*												
Parâmetros		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5		
		B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	
Não polarizada	Intercepto		,337		,411		,513		,502		,557	
	População (ln)		,066	1,068	,048	1,049					,034	1,035
	Densidade Pop. (2000)				,027	1,027					,017	1,017
	População ocupada urbana (2000 - %)				,006	1,006					,004	1,004
	Média de anos de estudo (2000)				-,134	,875					-,134	,875
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)				,006	1,006					,010	1,010
	Volatilidade (1996-2000)						,658	1,931			,687	1,988
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)						-2,107	,1			-1,427	,240
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)						-,116	,890			-,107	,899
	Governador - PSDB (1998)								,265	1,304	,265	1,303
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)								-,553	,575	-,189	,827
	Prefeito - PSDB (1996)								,326	1,385	,329	1,390
	Vereadores - PSDB (1996 - %)								-,968	,380	-,971	,379
	Segundo turno								,249	1,283	,129	1,138
Polarizada direita	Intercepto		,896		1,401		,862		1,043		1,691	
	População (ln)		-,043	,958	-,055	,946					-,097	,907
	Densidade Pop. (2000)				,080	1,083					,051	1,052
	População ocupada urbana (2000 - %)				,003	1,003					,003	1,003
	Média de anos de estudo (2000)				-,163	,850					-,180	,835
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)				-,001	,999					,003	1,003
	Volatilidade (1996-2000)						,497	1,643			,080	1,084
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)						-,382	,7			-,520	,595
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)						-,133	,875			-,142	,868
	Governador - PSDB (1998)								,464	1,590	,386	1,472
	Deputados Estaduais - PSDB (1998 - %)								-1,241	,289	-1,450	,235
	Prefeito - PSDB (1996)								,284	1,329	,272	1,312
	Vereadores - PSDB (1996 - %)								-,557	,573	-,521	,594
	Segundo turno								,308	1,360	,861	2,365
n		4252		4252		4124		4142		4124		
qui²		12,004		44,384		17,931		46,983		100,958		
gl		2		10		6		10		26		
Cox and Snell		0,003		0,010		0,004		0,011		0,024		
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,1%		
	Não polarizada	0,0%		0,8%		0,0%		0,0%		2,4%		
	Polarizada situação	99,9%		99,6%		100,0%		100,0%		98,3%		
	Porcentagem geral	50,8%		50,8%		50,5%		50,5%		50,3%		
Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).												
* Variável dependente: IVL_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição												
taxa de acurácia: ≥25%		p-valor:		0,001		0,01		0,05				

Tabela 12: Modelos de regressão multinomial logística - PMDB - Polarização governista - 2000*											
Parâmetros		Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
		B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)	B	Exp(B)
Não polarizada	Intercepto	,295		,530		,345		,646		,753	
	População (ln)	,018	1,018	,037	1,038					,025	1,025
	Densidade Pop. (2000)			,005	1,005					,009	1,009
	População ocupada urbana (2000 - %)			,004	1,004					,002	1,002
	Média de anos de estudo (2000)			-,121	,886					-,077	,926
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,002	1,002					,003	1,003
	Volatilidade (1996-2000)					,586	1,797			,397	1,487
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					-1,249	,3			-,531	,588
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,082	,922			-,078	,925
	Governador - PMDB (1998)							,186	1,204	,173	1,189
	Deputados Estaduais - PMDB (1998 - %)							-1,090	,336	-,958	,384
	Prefeito - PMDB (1996)							,151	1,163	,143	1,153
	Vereadores - PMDB (1996 - %)							-1,053	,349	-1,006	,366
	Segundo turno							-,758	,469	-,746	,474
Polarizada situação	Intercepto	,535		1,181		,276		,773		1,558	
	População (ln)	-,289	,749	-,244	,784					-,290	,749
	Densidade Pop. (2000)			,066	1,068					,057	1,058
	População ocupada urbana (2000 - %)			-,002	,998					-,002	,998
	Média de anos de estudo (2000)			-,181	,835					-,166	,847
	Pessoas em domicílio com carro (2000 - %)			,008	1,008					,009	1,009
	Volatilidade (1996-2000)					,177	1,193			-,376	,687
	Fragmentação - Câmara de Vereadores (1996)					1,871	6,5			,532	1,702
	Eleição p/ prefeito competitiva (1996)					-,101	,904			-,119	,888
	Governador - PMDB (1998)							,260	1,204	,236	1,266
	Deputados Estaduais - PMDB (1998 - %)							-,884	,336	-1,471	,230
	Prefeito - PMDB (1996)							,097	1,163	,091	1,095
	Vereadores - PMDB (1996 - %)							-,488	,349	-,796	,451
	Segundo turno							-,862	,469	,483	1,621
n		4252		4252		3789		4142		4124	
qui²		111,234		138,819		53,798		41,548		192,158	
gl		2		10		6		10		26	
Cox and Snell		0,026		0,032		0,014		0,010		0,046	
Tabela de Classificação	Polarizada oposição	0,0%		0,0%		0,0%		1,7%		5,4%	
	Não polarizada	22,4%		25,6%		0,7%		0,0%		27,8%	
	Polarizada situação	87,8%		85,1%		99,1%		99,2%		82,7%	
	Porcentagem geral	45,4%		45,3%		43,2%		43,5%		46,2%	
Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras (2012).											
* Variável dependente: IGF_cat; Categoria de referência: Polarizada oposição											
taxa de acurácia: ≥25%				p-valor:	0,001	0,01	0,05				